



29 DE NOVEMBRO DE 2017

Quarta-feira

- INFORMATIVO DE BUENOS AIRES
- BRASIL DEVERIA FOCAR POLÍTICA INDUSTRIAL EM PRODUTIVIDADE, DIZ BANCO MUNDIAL
- ARTIGO: FALTA DE TRANSPARÊNCIA PREJUDICA EMPRESAS QUE PEDEM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- GOVERNO VAI ENCAMINHAR AO CONGRESSO REFIS PARA EMPRESA DO SIMPLES
- REFIS PARA PEQUENAS EMPRESAS É ESTIMADO EM R\$ 7,8 BI
- BRASIL TESTA EM 2018 MECANISMO QUE PAGA INDÚSTRIA PARA REDUZIR CONSUMO DE ENERGIA
- OS PROGRAMAS DE APOIO ÀS EMPRESAS ESTÃO CUMPRINDO SEU PAPEL?
- REALIDADE VIRTUAL ALIVIA CUSTO NA INDÚSTRIA
- INVESTIMENTO EM START-UPS AUMENTA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS, DIZ ESTUDO
- SESI E INSS ASSINAM ACORDO PARA PROMOVER INICIATIVAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS E GESTÃO DO RETORNO AO TRABALHO
- EMPRESÁRIOS DA CONSTRUÇÃO COBRAM NORMALIZAÇÃO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO DA CAIXA
- SINDICATOS CONVOCAM 'GREVE NACIONAL' CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- SINDICATOS DE ÔNIBUS E TRENS NÃO DEVEM ADERIR À GREVE DO DIA 5
- REFORMA TRABALHISTA PROVOCOU CORRIDA À JUSTIÇA
- ESTUDO DO BANCO MUNDIAL MOSTRA O CAMINHO QUE O BRASIL DEVE SEGUIR
- TRABALHADOR QUE RECEBER MENOS QUE O MÍNIMO FARÁ RECOLHIMENTO COMPLEMENTAR
- OPOSIÇÃO DECIDIU QUE NÃO NEGOCIARÁ NADA NA REFORMA, DIZ JOSÉ GUIMARÃES
- 'NO SENADO, A REFORMA PASSA', DIZ JUCÁ, SOBRE A PREVIDÊNCIA
- PSDB E VÁRIOS PARTIDOS TÊM TRAZIDO VÁRIAS SOLICITAÇÕES SOBRE REFORMA, DIZ RELATOR

- PERCEPÇÃO SOBRE SITUAÇÃO ATUAL PIORA E CONFIANÇA DE SERVIÇOS CAI EM NOVEMBRO, DIZ FGV
- SELIC MENOR FAZ GOVERNO ECONOMIZAR R\$ 51,9 BI
- ANEEL APROVA REAJUSTE MÉDIO DE 37,36% NAS TARIFAS DA CEA
- MERCEDES CRITICA ABERTURA COMERCIAL ABRUPTA
- MERCEDES: MAIOR PROBLEMA DO BRASIL PARA MONTADORAS É FALTA DE PREVISIBILIDADE
- CÂMARA APROVA TEXTO-BASE DE PROJETO DO RENOVABIO
- FUNCIONÁRIOS DA HYUNDAI PARAM DE PRODUIR SUV ANTES DE LANÇAMENTO NOS EUA
- PARAGUAI APRESENTA PLANO PARA VENDER CARROS MONTADOS NO BRASIL
- FAZENDA DESQUALIFICA E INTERDITA ROTA 2030
- MERCEDES-BENZ MOSTRA VERSÃO ELÉTRICA DA VITO NA EUROPA
- VOLARE DESENVOLVE MOTORHOME COM TRACÇÃO 4X4
- BRASIL PARTICIPA DE PROGRAMA DE ESTÍMULO AO CARRO NOVO NO PARAGUAI
- METZELER LANÇA PNEU PARA MOTOS DE BAIXA CILINDRADA
- ZF FORNECE ITENS DE SEGURANÇA PARA O VW POLO

CÂMBIO		
EM 29/11/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,224	3,225
Euro	3,816	3,817

Fonte: BACEN

Informativo de Buenos Aires

29/11/2017 – Fonte: CNI

A edição de novembro do **Informativo de Buenos Aires** está disponível para [download](#). Com o objetivo de informar o setor privado brasileiro sobre os últimos acontecimentos envolvendo o governo argentino e as relações bilaterais com o Brasil, seguem os destaques desta edição:

- Assinatura de acordo entre a Argentina e o Chile;
- Concluídas as negociações entre a Argentina e o Japão para acordo de investimentos;
- Flexibilização das restrições cambiais às exportações de bens e serviços na Argentina, e

- Estados Unidos anuncia aplicação de medidas compensatórias ao biodiesel Argentino

Brasil deveria focar política industrial em produtividade, diz Banco Mundial

29/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O Brasil poderia economizar até 2 pontos percentuais do PIB (Produto Interno Bruto) se reformulasse suas políticas de compensação tributária às empresas, segundo o Banco Mundial.

Para isso, a instituição sugere que o país concentre sua política industrial no aumento da produtividade e no apoio direto às empresas em detrimento de medidas de gastos tributários ou subsídios indiretos.

No geral, as políticas voltadas às empresas representavam 4,5% do PIB em 2015, segundo o Banco Mundial. Dados do governo indicam que elas chegaram a 6,5% do PIB no fim do ano passado.

A economia viria de reformas em programas como o Simples (que reduz encargos para pequenas e médias empresas e custa 1,2% do PIB) e a Zona Franca de Manaus (0,4% do PIB). Além de encerrar a política de desoneração da folha de salários (com custo também de 0,4% do PIB).

Em evento do Insper em São Paulo, o economista do Banco Mundial, Xavier Cirera, disse que as políticas de apoio direto às empresas, que representam hoje 0,5% do PIB brasileiro, são mais modernas e mais fáceis de avaliar.

Como exemplo de sucesso nesse segmento, ele ressaltou o Cartão BNDES e o Pronatec. Cirera disse ainda que o Banco Mundial deve divulgar um relatório sobre produtividade no início de 2018.

PACIENTE

Presente ao evento, o subsecretário de Análise Econômica da Fazenda Ângelo José Mont'Alverne Duarte disse que alguns setores da indústria recebem tantos benefícios tributários e crédito subsidiado que parecem um "paciente doente em que se aplica uma série de remédios e, em caso de sucesso ou insucesso, não se sabe a que se deveu isso".

Ele disse que as políticas são ajudas temporárias que se tornam permanentes.

Como exemplo, lembrou que a Zona Franca de Manaus custa cerca de R\$ 1.000 por morador da cidade, consegue elevar o PIB do Estado, mas não a renda per capita.

Criticou ainda a "pejotização" estimulada pelo Simples, ao dizer que a definição do que é pequena empresa foi exagerada, levando pessoas físicas a se travestir de empresas.

Ele negou, no entanto, discussões no governo sobre o Simples e disse que ninguém defende a extinção da Zona Franca.

Artigo: Falta de transparência prejudica empresas que pedem recuperação judicial

29/11/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Segundo levantamento, cerca de 27% dos casos de recuperação judicial não contemplam qualquer informação prestada pelos administradores judiciais



Pixabay

A fiscalização das atividades das empresas em Recuperação Judicial ainda enfrenta barreiras decorrentes da falta de transparência das informações transmitidas pelos Administradores Judiciais, conforme aponta estudo recentemente divulgado pelo Instituto Recupera Brasil.

Considerando a extrema relevância do papel exercido pelos Colaboradores da Justiça nomeados como longa manus dos magistrados para atuarem além das tarefas processuais, o estudo buscou evidenciar se os agentes estão cumprindo requisitos tidos como básicos para fornecer aos credores elementos suficientes para a tomada de decisões, seja para votação dos planos de recuperação judicial, para mensuração de expectativas de recebimento dos créditos ou mesmo para conceder novos créditos no curso do procedimento recuperacional.

De acordo com o levantamento, cerca de 27% dos casos de recuperação judicial não contemplam qualquer informação prestada pelos administradores judiciais, sendo que 20% permanecem sem relatórios mesmo após 90 dias do início dos trabalhos de acompanhamento e fiscalização das atividades.

Eleitos pelo estudo 44 parâmetros necessários para o bom acompanhamento das atividades das empresas em recuperação judicial que vão desde análise de informações contábeis básicas como receita bruta, lucro/prejuízo e caixa das devedoras até margem EBITDA e índices de liquidez, apurou-se que grande maioria dos auxiliares nomeados pela Justiça não avaliam nenhum ou ponderam poucos dos parâmetros considerados essenciais pelo apontamento.

Verifica-se, portanto, que os administradores judiciais via de regra limitam-se a levar poucos indicadores ao conhecimento dos credores e demais stakeholders, geralmente aqueles “extraídos quando da simples leitura do demonstrativo mensal de resultados (DRE) elaborado pela contabilidade da empresa recuperanda”.

O que se conclui é que na maior parte dos processos de recuperação judicial não há qualquer análise valorativa sobre as informações pálidas que poderiam ser simplesmente apresentadas pelas próprias devedoras.

Assim, o processo de evolução do instituto de recuperação judicial passa pela premissa de que os profissionais que atuam na administração judicial devem alcançar expertise iniciando a atuação em casos de menor expressividade econômica e proporcional grau de dificuldade, observando práticas que revelem a efetiva proximidade sobre a realidade da empresa fiscalizada, galgando espaço no mercado para futuras nomeações em casos de maior complexidade, que dependerão de atuação profissional, multidisciplinar e especializada.

(Carolina Merizio Borges de Olinda é advogada especializada em Direito Falimentar e Recuperação de Empresas. Formada pela Pontifícia Universidade Católica de

Campinas – PUCCAMP, especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Sócia responsável pelo departamento jurídico especializado em administração judicial e de consultoria empresarial voltada para atuação em casos de recuperações judiciais e falências da Capital Administradora Judicial. Vice-Presidente do Instituto Recupera Brasil – IRB).

Governo vai encaminhar ao congresso Refis para empresa do Simples

29/11/2017 – Fonte: Contábeis.com

Guilherme Afif, presidente do Sebrae, esteve com lideranças do governo Temer, que se comprometeram a colocar a proposta em votação no Congresso ainda este ano. Líder do governo no Congresso Nacional, o senador Romero Jucá pretende colocar na pauta do legislativo, já na próxima semana, projeto que cria um programa de refinanciamento de débitos fiscais, aos moldes do Refis, mas este voltado às micro e pequenas empresas.

A ideia é oferecer abatimento de multas e juros para cerca de 560 mil empresas hoje inclusas no Simples Nacional, mas que podem ser eliminadas do regime simplificado caso não acertem a situação fiscal.

Jucá se comprometeu a levar a discussão para seus pares no Congresso em conversa com Guilherme Afif Domingos, presidente do Sebrae, ocorrida nesta quinta-feira (23/11), com a presença do presidente Michel Temer.

Segundo Afif, a exclusão de mais de meio milhão de empresas do Simples em um ano de crise seria injusta.

“Os pequenos empresários não tiveram acesso ao crédito, na realidade, 83% deles nem conseguiram chegar aos bancos. Não tem como ficar sem pagar fornecedor, sem pagar funcionário. Então ficaram devendo ao fisco”, disse o presidente do Sebrae nesta sexta-feira, 24/11, durante o 18º Congresso das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp).

Junto com o Refis para os micro e pequenos empresários, também deve ser discutido no legislativo a proposta de um cadastro positivo fiscal, voltado aos empresários do Simples Nacional.

Pela proposta, empresas que não têm problemas com a Receita Federal seriam incluídas nesse cadastro e teriam acesso a crédito mais barato.

“A empresa que está em dia com todas as obrigações merece receber uma taxa de juros menor. É uma forma de estimular mais quem gera emprego e renda nesse país”, disse Afif.

Durante o encontro da Facesp, o presidente do Sebrae também questionou o posicionamento do Banco Mundial, que em seu relatório analisou a eficiência dos gastos públicos do país.

O banco associou o Simples Nacional ao déficit público. “Quem fez o relatório não tem noção do papel do Simples, das micro e pequenas empresa, para a sobrevivência da economia brasileira”, afirmou Afif.

Ele divulgou dados do Sebrae mostrando que formalização no Brasil aumentou 13,9% entre 2007 e 2017, após a implantação do regime tributário simplificado.

No período, as micro e pequenas empresas geraram 11,1 milhões de empregos, enquanto as grandes e médias companhias fecharam 1,1 milhão de postos de trabalho, de acordo com os números apresentados por Afif.

Também nos últimos dez anos, a arrecadação do Simples cresceu dez vezes mais do que o avanço das receitas federais em geral.

Outro dado enfatizado pelo presidente do Sebrae foi a taxa de sobrevivências das empresas do Simples, que nos dois primeiros anos de atividade é duas vezes maior do que a de empresas de fora desse regime tributário.

A despeito do relatório do Banco Mundial, para 2018 os benefícios do Simples serão ampliados. O teto para enquadramento ficará mais elástico, passando dos atuais R\$ 3,6 milhões de faturamento para R\$ 4,8 milhões.

Nesse caso, a empresa que extrapolar o limite de R\$ 3,6 milhões permanece no Simples, embora tenha de recolher o ICMS pelo regime normal de tributação de cada estado.

No caso do Microempreendedor Individual (MEI), no ano que vem o limite para enquadramento passa dos atuais R\$ 60 mil ao ano para R\$ 81 mil.

Além disso, empresa que tiverem 28% do faturamento comprometidos com gastos com mão-de-obra - incluindo o pró-labore do dirigente nesse percentual - poderá optar pela tabela de alíquotas tributárias mais baixas do Simples.

EMPRESA SIMPLES DE CRÉDITO

Durante o congresso da Fapesp, Afif disse que na próxima terça-feira, 28/11, será colocado em votação a proposta que cria a chamada Empresa Simples de Crédito (ESC). "A proposta foi vetada em 2016, mas agora o Ilan (Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central) aceitou a ideia", disse o presidente do Sebrae.

A ESC poderá atuar apenas com capital próprio. Não seria permitido, por exemplo, que a ela captasse recurso junto a bancos para depois emprestar a terceiros.

O campo de atuação da ESC estaria limitado ao município onde está instalada e a única remuneração seria a taxa de juros fixada sobre o valor emprestado. A cobrança de qualquer encargo ou tarifa por ela é proibida.

Por outro lado, essas empresas de crédito poderiam adotar o instituto da alienação fiduciária. Isso abriria a possibilidade da ESC, por exemplo, se apropriar de bens financiados pelo devedor como garantia.

INVESTIMENTO

Afif disse ainda que o Sebrae vai investir R\$ 200 milhões em sistemas, junto com a Receita Federal, que permitam eliminar a maior parte das obrigações acessórias existentes dentro da legislação. Segundo ele, são burocracias que tomam muito tempo e custam muito caro para serem cumpridas pelas micro e pequenas empresas.

Refis para pequenas empresas é estimado em R\$ 7,8 bi

29/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

Enquanto deputados articulam a votação de um projeto de lei que cria mais um programa de parcelamento de dívidas tributárias (Refis), desta vez para micro e pequenas empresas, a equipe econômica já calcula os prejuízos aos cofres públicos de mais um programa de renúncia fiscal. Segundo o **Estadão/Broadcast** apurou, o impacto é estimado em R\$ 7,8 bilhões nos 15 anos de duração do novo parcelamento proposto.

A equipe econômica é contrária ao projeto e trabalha para que ele não seja aprovado. Neste ano, o governo já fez um Refis para médias e grandes empresas, em que arrecadou R\$ 7,5 bilhões – metade do previsto. Outra medida provisória, que perdeu

a validade ontem, previa o parcelamento de dívidas de produtores rurais, em que o governo abriria mão de outros R\$ 15 bilhões. Um projeto de lei foi apresentado ontem pelos deputados para substituir a MP. Para a Receita, a febre de projetos desse tipo beneficia maus pagadores.

Na avaliação da equipe econômica, o novo projeto de Refis não faz sentido porque os participantes do Simples Nacional (regime compartilhado de cobrança tributária para as micro e pequenas empresas) já são beneficiados por descontos no pagamento de impostos. No entanto, o líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), acertou com parlamentares que o projeto seria votado hoje no plenário. Se aprovado, o texto vai para o Senado.

Representantes de micro e pequenas empresas vão usar o apoio à Reforma da Previdência como moeda de troca para conseguir apoio do governo. Hoje, entidades de comércio e serviços, clubes de dirigentes lojista, associações de supermercados, hotéis e restaurantes e materiais de construção têm reunião marcada com Temer.

O presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, está à frente dessa articulação. Segundo ele, 600 mil empresas com débitos foram notificadas pela Receita e serão excluídas do Simples se não regularizarem a situação. Na Câmara, a estratégia é aprovar um substitutivo a um projeto de Lei Complementar de 2015, de autoria do deputado Geraldo Resende (PMDB-MS). A proposta original prevê apenas parcelamento de débitos em até 180 meses.

O novo texto, que está sendo elaborado pelo deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), deve manter esse prazo e incluir os descontos de 90% em juros e multas e de 100% nos encargos, sem previsão de pagamento de entrada. O porcentual proposto é maior do que o oferecido no Refis para grandes empresas.

A equipe econômica sustenta que a lei que criou o Simples proibia que as empresas beneficiadas aderissem a parcelamentos de tributos em atraso. Uma lei de 2016, no entanto, criou o primeiro Refis para empresas do Simples, sem descontos nos encargos devidos. As empresas que aderiram ainda estão pagando as parcelas e há o temor de que haja uma migração para o novo parcelamento.

Brasil testa em 2018 mecanismo que paga indústria para reduzir consumo de energia

29/11/2017 – Fonte: Reuters

O Brasil vai testar em 2018 um programa que prevê a possibilidade de indústrias receberem pagamentos em troca do desligamento de máquinas em determinados momentos do dia, para reduzir a demanda por eletricidade, segundo proposta aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nesta terça-feira.

O programa, conhecido como “resposta da demanda”, buscará incentivar a redução do consumo de empresas previamente habilitadas, que permitiria um menor acionamento de termelétricas, que produzem eletricidade com custos mais elevados. O movimento segue práticas já utilizadas em mercados internacionais de eletricidade, mas até jamais efetivamente testadas no Brasil.

Serão habilitadas a participar de uma fase piloto do programa indústrias conectadas à rede no Norte e Nordeste e que atuem ao menos parcialmente no chamado mercado livre de eletricidade, onde os clientes negociam contratos diretamente com geradores e comercializadoras, ao invés de serem atendidos por empresas de distribuição.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) deverão agora divulgar em cerca de 30 dias as regras detalhadas para a implementação do novo mecanismo no mercado.

De acordo com a Aneel, as empresas interessadas deverão entregar semanalmente ofertas com quanto podem reduzir em consumo e quanto querem receber por isso, em lances válidos para a semana seguinte.

As ofertas poderão envolver redução da demanda por uma, duas, três, quatro e sete horas.

O ONS poderá escolher chamar os desligamentos com um dia de antecedência ou no mesmo dia.

Consumidores que descumprirem a entrega dos produtos poderão ser excluídos do programa pelo órgão, considerados alguns limites de tolerância.

A contabilização e liquidação dos serviços prestados no âmbito do programa serão realizados pela CCEE.

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), uma das incentivadoras da criação do mecanismo, disse à Reuters que apenas empresas do quadro da entidade poderiam reduzir a demanda por energia em até 377 megawatts médios em alguns momentos se o programa fosse adotado em todo o país.

O volume representa cerca de 0,6 por cento da energia consumida no país neste mês.

A associação, no entanto, disse que é preciso verificar qual será o interesse da indústria em aderir ao programa após a aprovação das regras pela Aneel, uma vez que o programa piloto será limitado a empresas do Norte e Nordeste.

A fase piloto do mecanismo de resposta da demanda terá vigência até 30 de junho de 2019, segundo a Aneel.

Os programas de apoio às empresas estão cumprindo seu papel?

29/11/2017 – Fonte: Exame

O custo total dos programas de apoio às empresas no Brasil subiu de 3% para 4,5% do PIB entre 2006 e 2015



Isenções tributárias e crédito subsidiado podem ficar no passado (JuFagundes/Thinkstock)

O governo brasileiro gasta muito para apoiar suas empresas, mas não tem retorno claro em ganhos de produtividade e criação sustentável de empregos.

Esta é a mensagem de um relatório do Banco Mundial intitulado “Um ajuste justo – propostas para aumentar eficiência e equidade do gasto público no Brasil”.

Encomendado pelo ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy ainda no governo Dilma Rousseff, o texto foi divulgado na semana passada e debatido nesta terça-feira (28) por economistas no Insper, em São Paulo.

Entre os problemas apontados estão a multiplicidade de programas que não conversam entre si, sobrevivem por inércia e não tem resultados avaliados de forma constante e rigorosa.

“Os programas são criados sem a preocupação com uma avaliação. Tem um emaranhado de programas que remontam há três ou quatro décadas e que se sobrepõe, então fica difícil de dizer a qual que se deveu o sucesso”, diz Angelo José Mont’Alverne Duarte, subsecretário do Ministério da Fazenda.

A falta de alinhamento e de coordenação dentro do setor público é o maior problema visto por Peiro Ghezzi quando era ministro da produção no Peru.

Ele diz que dar subsídios é a forma preguiçosa de estimular atividades pois compensa uma perda com outra, seja do consumidor, do fisco ou ambos. Negociar uma distância saudável entre setor público e privado também é um desafio complexo.

Xavier Cirera, economista do Banco Mundial que participou do estudo, destacou alguns programas brasileiros considera bem-sucedidos (como os da Embrapa, Fiocruz e o cartão BNDES) e concorda que o ideal seria ter mais apoio direto e menos isenções tributárias e crédito subsidiado.

O estudo do Banco Mundial mostra que o governo poderia economizar o equivalente a 1,2% do PIB reformando o Simples, um regime tributário simplificado para pequenas empresas criado para estimular a formalização.

O relatório também aponta uma possível economia de 0,4% do PIB com o fim da desoneração da folha de pagamento, que vem sendo adiada apesar das investidas do governo.

Esse tipo de reorientação é essencial para o ajuste fiscal em curso. O custo total dos programas de apoio às empresas no Brasil subiu de 3% para 4,5% do PIB entre 2006 e 2015.

E como os impostos que financiam o governo federal são em sua maior parte indiretos, que recaem mais intensamente sobre os mais pobres, incentivos mal alinhados acabam alimentando a desigualdade.

Os economistas também notaram que subsídios do tipo frequentemente impedem a chamada “destruição criativa”, permitindo a sobrevivência de empresas mal administradas, diminuindo a concorrência e puxando a produtividade geral para baixo.

Xavier confirmou que o próximo relatório do Banco Mundial sobre o Brasil sairá por volta do fim de fevereiro do ano que vem e que estará focado justamente na questão da produtividade, pois “sem ela não há melhora no médio e no longo prazo no padrão de vida da população”.

Realidade virtual alivia custo na indústria

29/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Ricardo Borges/Folhapress



Funcionários fazem simulação de inspeções e manutenções em fábricas com realidade virtual em 3D

Em uma sala em Del Castilho, bairro da zona norte do Rio de Janeiro, engenheiros fazem uma varredura de segurança em uma planta da fabricante de gás White Martins localizada em Pecém (CE), a 2.700 quilômetros de distância. De lá, acompanham obras realizadas no local e corrigem eventuais falhas no projeto.

A supervisão à distância, iniciada em abril deste ano, é feita com óculos de realidade virtual. Com o recurso, a equipe técnica consegue avaliar de perto não só a estrutura de Pecém mas também a de outras cinco unidades da empresa no país –Ouro Branco (MG), Duque de Caxias (RJ), Três Lagoas (MS), Araucária (PR) e Londrina (PR).

Antes da adoção da realidade virtual, a empresa enviava aos locais uma equipe de seis engenheiros, que faziam até seis viagens às instalações para inspecionar o andamento de obras e analisar segurança e montagem dos equipamentos, por exemplo.

Agora, o processo é mais curto –e barato. Numa primeira fase, há uma reunião para decidir quais áreas das plantas serão mapeadas. Depois, um engenheiro vai ao local capturar as imagens com uma câmera acoplada em seu capacete de segurança. Essas fotos viram um mapa 3D da unidade, com detalhes dos gasodutos, vaporizadores, bombas, sala elétrica e outras partes a serem inspecionadas.

"Tivemos cerca de 70% de redução de custo, incluindo deslocamento com viagem, logística e horas trabalhadas em campo, além da diminuição do risco de acidente", afirma Rodrigo Barbosa, gerente de empreendimentos da White Martins.

As imagens, mais tarde, são projetadas em uma sala e analisadas por engenheiros. "Com a realidade aumentada, você tem a sensação de imersão. Você olha para todos os lados e sente que está dentro da unidade", afirma o engenheiro Reginardo Junior, um dos responsáveis por implantar o projeto.

A sala 3D também é usada para capacitar novos funcionários. "Fizemos com foco de redução de custos, mas vimos que disponibilizar as imagens serve para treinar engenheiros mais jovens que não têm tanto contato com obras", complementa.

INDÚSTRIA AUTOMOTIVA

A realidade virtual também é uma das ferramentas utilizadas nos polos automotivos da Fiat em Betim (MG) e da Jeep em Goiana (PE).

A tecnologia foi usada na produção do modelo Argo. A empresa realizou mais de 45 mil horas de simulação virtual para identificar falhas no projeto antes de construir um protótipo físico do carro.

"É mais barato do que desenvolver o carro e depois verificar os problemas durante a montagem. A gente consegue encontrar oportunidades de melhoria tanto no design quanto na segurança", diz Fábio Pugliese, especialista de engenharia de manufatura da Fiat.

O uso do 3D permitiu fazer alterações no Argo. "Vimos que o produto, como estava projetado inicialmente, não era viável. Não havia campo visual para fazer a conexão com um componente elétrico do carro", diz Eric Baier, especialista em simulação virtual da empresa.

A possibilidade de evitar falhas é uma das principais vantagens da aplicação da realidade aumentada na indústria, diz Guto Ferreira, presidente da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial).

"Permite errar menos. Quando a empresa joga o produto no ambiente de realidade virtual aumentada, não precisa cometer um erro físico para, depois, corrigir."

Investimento em start-ups aumenta arrecadação de impostos, diz estudo

29/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Estudo realizado pela consultoria Grant Thornton, em parceria com a Anjos do Brasil (associação que apoia o investimento-anjo em empresas iniciantes no Brasil) indica que a redução de impostos sobre injeções de capital em start-ups pode gerar aumento de arrecadação para o governo.

Segundo a análise, para cada R\$ 1 investido, são gerados pelo menos R\$ 5,84 em tributos em prazo de cinco anos, mesmo oferecendo isenção de impostos para investimentos do tipo.

O estudo levou em conta simulação de arrecadação gerados por uma carteira de investimentos com 10 start-ups, cada uma recebendo R\$ 400 mil em troca de 20% de suas ações.

Na simulação, o investidor dessas companhias teria perdido o capital em 5 delas, recuperado o dinheiro em 3 e tido retorno de 10 vezes o valor investido em 2.

Partindo dessas premissas, foi estipulado um valor de faturamento anual para cada tipo de empresa, variando de R\$ 96 mil ao ano a R\$ 3,9 milhões.

Sobre esse valor, a consultoria avaliou quanto imposto cada companhia pagaria durante o período.

Para o investidor, foi considerada isenção de impostos sobre ganho de capital e dedução de parte do valor investido no Imposto de Renda.

No Brasil, são investidos anualmente cerca de R\$ 850 milhões por investidores do tpo, enquanto o mercado americano é de US\$ 21,3 bilhões.

“O investimento anjo no Brasil pode chegar aos R\$ 3 bilhões por ano no curto prazo, e a R\$ 5 bilhões no médio prazo. Sem estímulos, o país continuará na periferia das economias mais modernas”, diz o estudo.

Em julho, a Receita Federal definiu as regras para a tributação de ganhos do investidor-anjo na venda de start-ups investidas. O Fisco definiu que sobre eles incidiriam alíquotas entre 15% e 22,5%.

Apesar de o percentual ter sido mantido o mesmo que já era praticado anteriormente, a norma gerou frustração nos investidores, que esperavam tratamento favorável e consideraram que a manutenção das alíquotas reprime o crescimento do mercado.

SESI e INSS assinam acordo para promover iniciativas de prevenção de acidentes e doenças e gestão do retorno ao trabalho

29/11/2017 – Fonte: CNI

Cerimônia para formalizar parceria que prevê desenvolvimento de estudos, cursos e projeto piloto com grupo de empresas ocorreu nesta terça-feira, 28 de novembro, na sede do INSS, em Brasília

O presidente do INSS, Leonardo de Melo Gadelha e o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade



O Serviço Social da Indústria (SESI) e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) firmaram parceria nesta terça-feira (28) para desenvolver iniciativas que reduzam acidentes e doenças do trabalho e melhorem a gestão do retorno ao trabalho de profissionais afastados por acidentes e doenças laborais.

O acordo, que terá duração de cinco anos, foi assinado pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, pelo diretor-superintendente do SESI, Rafael Lucchesi, e pelo presidente do INSS, Leonardo de Melo Gadelha, em cerimônia na sede do INSS, em Brasília.

Entre as ações previstas na parceria estão o desenvolvimento de projeto piloto em empresas do Programa SESI de Prevenção da Incapacidade e Gestão do Retorno ao Trabalho, que visa reduzir acidentes, doenças e a incapacidade para o trabalho. Além disso, o SESI e o INSS irão compartilhar base de dados para desenvolver conhecimentos epidemiológicos para melhorar métodos e práticas de prevenção da incapacidade e gestão do retorno ao trabalho.

De acordo com Andrade, a parceria possibilitará ganhos para os trabalhadores, as indústrias e ao governo. "Os trabalhadores estarão em ambientes de trabalho cada vez mais seguros, as indústrias terão mais informações para melhorar a gestão de segurança e saúde no trabalho e o INSS reduzirá demandas de acidentes e perícias médicas", destacou o presidente da CNI.

A opinião é compartilhada pelo presidente do INSS, que ressaltou a importância do acordo para reduzir a incidência de afastamentos por doenças e acidentes no trabalho, melhorar a competitividade das empresas e reduzir os gastos públicos. "A iniciativa permitirá lucro social e financeiro e contas públicas menos pressionadas", disse Gadelha.

O acordo prevê ainda a elaboração de um guia de orientação para retorno ao trabalho para preparar empresas e trabalhadores para receberem profissionais que se afastaram por acidentes ou doenças e o desenvolvimento de estudos, projetos científicos e eventos para debate do tema. Profissionais do SESI, INSS e de indústrias também poderão fazer cursos a distância sobre o assunto.

Também estiveram presentes na cerimônia de assinatura do acordo o diretor de Operações do SESI, Marcos Tadeu de Siqueira, e a diretora de Saúde do Trabalhador do INSS, Karina Argolo.

Empresários da construção cobram normalização de crédito imobiliário da Caixa

29/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os empresários do setor de construção têm feito coro para cobrar a normalização da liberação de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a compra e a construção de imóveis no País.

O gargalo na concessão de crédito tem ocorrido há cerca de dois a três meses e passou a se intensificar nos últimos dias. O banco enfrenta restrições para liberar novos empréstimos devido à necessidade de adequar sua estrutura interna às novas regras do Acordo de Basileia.

“Nas duas últimas semanas, a situação voltou a apertar”, conta Rodrigo Luna, presidente da incorporadora Plano & Plano, empresa parceira da Cyrela e focada nas moradias para a população de menor renda, dentro do Minha Casa, Minha Vida. Nesse segmento, as empresas são ainda mais impactadas pelos gargalos da Caixa. O banco responde por 65% do mercado de crédito imobiliário, mas esse patamar sobe para 95% no mercado de baixa renda.

Luna diz que a Plano & Plano ouviu da Caixa que a situação será normalizada em breve, motivo pelo qual a incorporadora não deixou de lançar novos projetos. Na última semana, foram lançados dois empreendimentos e mais dois estão previstos até o fim do ano, afirma o executivo.

O presidente da Associação Brasileira das Incorporadoras (Abrainc), Luiz França, afirma que o problema é preocupante, mas confirma que o banco e o governo federal já sinalizaram que tratarão com prioridade as iniciativas para normalizar os empréstimos. “Nós trabalhamos com a hipótese de que esse é um problema que será resolvido nos próximos dias. Não vemos outra hipótese”, ressalta França.

Ele diz que, diante da indisponibilidade de recursos, a Caixa tem priorizado o financiamento de imóveis para famílias com renda de até R\$ 4 mil, enquanto os demais segmentos dificilmente conseguem os empréstimos.

Apesar desse cenário, França diz que o mercado imobiliário segue com a tendência de recuperação e pode fechar 2018 com crescimento. No acumulado do ano até agosto, as vendas subiram 25,5%, enquanto os lançamentos recuaram 3,5%, segundo pesquisa da Abrainc com a Fipe.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, alertou na segunda-feira para o risco de o mercado imobiliário residencial sofrer um encolhimento no próximo ano, mesmo que haja continuidade das melhoras macroeconômicas, como redução da inflação e dos juros.

Na sua avaliação, o setor permanece pressionado pelos gargalos de crédito da Caixa, que se somam a outros problemas, como a falta de regras claras para os cancelamentos de contratos de compra e venda de imóveis na planta (distratos).

“O mercado tem todas as condições para crescer. Mas se essas questões não forem resolvidas, vemos o risco de os números (de lançamentos e vendas) do mercado em 2018 serem menores”, disse Martins. “Não está faltando cliente. O que faltam são condições para esses clientes adquirirem o tão desejado imóvel. As condições macroeconômicas melhoraram, mas só isso não é suficiente”, frisou.

Cadeia da Construção

A Abrainc e a Fipe lançaram nesta terça um estudo que busca evidenciar o tamanho da cadeia da construção e os seus impactos sobre a economia. O estudo estima que foram lançadas 6,3 milhões de unidades residenciais pelas incorporadoras no País entre 2008 e 2017, dos quais 77,8% são moradias populares enquadradas no programa Minha Casa Minha Vida, 20,7% são residências de médio e alto padrão e 1,6% imóveis comerciais.

A atividade de construção e incorporação imobiliária foi responsável pela geração de 1,9 milhão de empregos no período de 2010 e 2017. Os postos de trabalho se espalharam por toda a cadeia produtiva, incluindo atividades que são impulsionadas pela formação de novos lares. Do total de empregos gerados, 372,5 mil (19,7%) foram

para a indústria de transformação, 310,6 mil (16,4%) para o comércio e 305,2 mil (16,1%) para a construção.

O levantamento mostra ainda que a incorporação imobiliária e as atividades a ela associadas arrecadaram cerca de R\$ 157,4 bilhões de 2010 a 2017, uma média de R\$ 19,7 bilhões por ano. Desse montante, 41,7% foram para os cofres do governo federal, 37,9% para o estadual e 20,4% para as prefeituras municipais.

Sindicatos convocam 'greve nacional' contra a reforma da Previdência

29/11/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Paralisação está marcada para a véspera de possível votação da reforma. Centrais sindicais vão reforçar mobilização entre trabalhadores do transporte



Antônio More/Gazeta do Povo

Sindicatos preparam uma "greve nacional" para a próxima terça-feira (5/12) em protesto contra a reforma da Previdência, que segundo eles "acaba com o direito à aposentadoria dos trabalhadores brasileiros".

O objetivo é repetir a estratégia da greve geral de 28 de abril, definida pelos sindicalistas como a maior do país em três décadas: paralisar o transporte coletivo nas principais capitais e, assim, dificultar ou impedir o deslocamento de pessoas rumo ao trabalho.

As manifestações estão marcadas para a véspera da possível votação da reforma da Previdência. Possível pelo menos para o núcleo do governo, que ainda sonha em obter os 308 votos necessários para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) na Câmara dos Deputados.

Definida na sexta-feira passada (24) em uma reunião de nove centrais sindicais (CUT, UGT, Força Sindical, CTB, Nova Central, Intersindical, CSB, CGTB e CSP-Conlutas), a nova paralisação será a quarta deste ano.

Depois de abril, as centrais convocaram greves para 30 de junho e 10 de novembro, mas ambas tiveram baixa adesão, em especial de trabalhadores do transporte, que temiam ser multados pela Justiça. Se motoristas e cobradores aderirem em massa desta vez, a greve pode ter mais sucesso. O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, avisou que o objetivo é reforçar a mobilização nesse setor.

Previdência incomoda mais que trabalhista

Outro fator anima os sindicatos: a reforma da Previdência incomoda mais – e, portanto, mobiliza mais – que a trabalhista, já aprovada e em vigor. "A reforma da Previdência atinge muito mais pessoas. Só metade da população economicamente ativa do país está na CLT", observou Juruna em entrevista à **Gazeta do Povo** no fim de junho, ao comentar a expectativa de uma mobilização mais baixa naquela paralisação, que era focada na reforma trabalhista.

"Todo brasileiro independentemente da categoria tem motivo de sobra para cruzar os braços e ir às ruas no dia 5 de dezembro. Todos sofremos com o desmonte da

Previdência”, disse o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, em declaração publicada pelo site da central.

Além de paralisações nas capitais, os sindicatos aprovaram outras iniciativas, como campanhas nas redes sociais para contradizer supostas mentiras do governo sobre a reforma da Previdência, e pressão sobre deputados federais em aeroportos e em seus compromissos públicos.

Nesta quarta-feira (29), às 17 horas, presidentes das centrais sindicais vão se reunir com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), no gabinete dele. Maia defende a reforma, embora admita que no momento o governo está longe de ter os votos necessários para aprová-la.

Reforma não tem apoio da base

As centrais encerram a nota em que anunciaram a mobilização do dia 5 exigindo “que o Congresso Nacional não mexa nos direitos dos trabalhadores”. Talvez nem fosse necessário. Depois de se livrar de duas denúncias de corrupção e aprovar o teto dos gastos públicos e a reforma trabalhista, o presidente Michel Temer não consegue apoio dos partidos da base aliada para votar um projeto tão impopular.

Nesta segunda-feira (27), o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que acredita ser “viável” votar a nova legislação no dia 6 de dezembro. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, também mira essa data, acertada com Temer na semana passada. Mas, em “on” e em “off”, líderes da base afirmam que não há clima para votar a PEC, nem mesmo depois de o governo excluir medidas que afetavam os mais pobres e trabalhadores rurais.

O governo convidou cerca de 300 deputados para o jantar em que apresentou a versão mais enxuta da reforma da Previdência, mas nem 170 compareceram. E os que foram não se comoveram. “A impressão era que os deputados se perguntavam: ‘Jura que quer aprovar isso agora? Na boca da eleição?’”, disse à **Gazeta do Povo** um dos comensais.

Sindicatos de ônibus e trens não devem aderir à greve do dia 5

29/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



CUT (Central Única dos Trabalhadores) e demais centrais durante ato em frente ao Masp

Embora signatária da convocação da greve nacional do dia 5, a UGT (União Geral dos Trabalhadores) –que congrega condutores e ferroviários da cidade de São Paulo– poderá ficar de fora das paralisações. Sem adesão de trabalhadores dos transportes da capital, o protesto em repúdio à reforma da Previdência será esvaziado.

Reunidos nesta terça-feira (28), os diretores da UGT apontaram dificuldades para organização de uma greve no período de onze dias, já que sua convocação foi anunciada na noite de sexta-feira (24).

Diretor-executivo do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo, Francisco Xavier da Silva afirma que “não tem nada definido” sobre a participação dos condutores de ônibus na greve.

"Vamos consultar os trabalhadores. Mas achamos complicado [arregimentar grevistas]", afirmou.

O presidente do Sindicato dos Ferroviários, Eluiz Alves de Matos, também afirma que consultará os trabalhadores em assembleia. Mas lembra que a categoria declarou-se em estado de greve no dia 8 de novembro, e, ainda sem um acordo sobre o Programa de Participação de Resultados para o setor, ameaça parar na quinta-feira (30).

"Primeiro estamos resolvendo nosso problema", disse Eluiz.

Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, também reconhece um aqodamento na convocação. Patah, que estava no exterior no dia em que as centrais decidiram convocar a greve, diz que "não haveria tempo hábil" para a mobilização.

Segundo nota, a "a UGT defende que a Previdência seja unificada e tenha as mesmas bases para todo mundo, trabalhador público ou privado. Quem quiser algo a mais que procure a Previdência privada".

Reforma trabalhista provocou corrida à Justiça

29/11/2017 – Fonte: Contábeis.com

Uma corrida à Justiça marcou a semana anterior à entrada em vigor da reforma trabalhista. De acordo com dados compilados pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), pelo menos cinco tribunais do país receberam volume acima da média de processos entre os dias 1 e 10 de novembro — o texto passou a valer no dia 11. No Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio, 10.740 ações foram ajuizadas só no dia 10, quase a metade dos cerca de 23 mil que costumam ser registrados mensalmente.

Segundo especialistas, foi um movimento de advogados para tentar garantir que os casos sejam julgados com base nas regras antigas.

A reforma estipula que, agora, a parte perdedora terá que pagar as custas do processo. Para alguns juízes do trabalho, esse trecho da lei só pode ser aplicado para processos ajuizados a partir do dia 11.

Entrar com ação no dia 10 seria uma forma de evitar a cobrança em caso de derrota. Além do Rio, Bahia, Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina registraram alta no número de novos processos. Na Bahia, foram 6.223 só no dia 10, ou 62% de todo o movimento em setembro.

— O número mostra que houve uma desova de ações. Os advogados propuseram tudo que puderam — explica Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra, entidade crítica à reforma.

Advogados, no entanto, divergem sobre a estratégia. Uma regra do Direito prevê que questões relacionadas ao processo — como a cobrança de custas — devem seguir a legislação em vigor no dia da sentença. Para Valton Pessoa, sócio do Pessoa & Pessoa Advogados, a regra tem exceções, porque não pode ferir princípios de segurança jurídica:

— As partes calculam o risco antes de entrar com a ação. Não se pode impor a alguém despesa que ela não havia previsto.

Já Luiz Guilherme Migliora, sócio do Veirano, entende que a nova lei vale para processos novos e antigos. Ele destaca que esse foi o entendimento para a aplicação do novo Código de Processo Civil (CPC), em 2015.

— Vários advogados resolveram ajuizar antes, com uma ideia errada de que as normas processuais não se aplicariam aos casos deles. É fruto de desinformação e do discurso de parte dos juízes — avalia Migliora.

Emendas aumentam incertezas

Ambos concordam que levará tempo até os tribunais chegarem a um consenso. No dia 11, primeiro dia com a reforma em vigor, um juiz de Ilhéus, na Bahia, determinou que um trabalhador pagasse os custos de um processo que perdeu. Na mesma semana, um juiz de Salvador deu sentença com entendimento contrário.

A indefinição sobre o entendimento dos tribunais é apenas um dos motivos de incerteza em relação à reforma trabalhista.

As quase 900 emendas apresentadas pelos parlamentares no Congresso Nacional à medida provisória que altera pontos do texto amplificam essa sensação. No entanto, isso não impede que as companhias já passem a fazer contratações sob as novas regras, dizem especialistas.

Entre as emendas estão a volta dos sindicatos nos processos de homologação da saída de trabalhadores que ficaram por mais de um ano na empresa e novas formas de financiamento aos sindicatos.

— Tudo que as empresas fizerem com base na nova lei ou na MP tem validade legal. Uma empresa que já quer planejar a escala de férias para o próximo ano com base na nova lei, por exemplo, pode fazê-lo.

E espero que o Congresso examine as emendas com muito critério para não desfigurar a reforma — diz Helio Zylberstajn, professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e cofundador do Instituto Brasileiro de Relações de Emprego e Trabalho (Ibret).

O advogado Flavio Pires, sócio do setor trabalhista do Siqueira Castro, também vê garantia legal para contratar pelas novas regras. Mas diz que a palavra de ordem é cautela:

— Acredito que sejam necessários dois ou três anos para a adaptação à nova lei, considerando que é um tema espinhoso.

Para Fabio Medeiros, advogado especialista em direito trabalhista do Lobo de Rizzo Advogados, o grau de incerteza aumentou com o recorde de emendas apresentadas pelos parlamentares, já que a condição política do governo é diferente de quando o texto original foi aprovado.

— Na prática, algumas emendas podem ser aprovadas como moeda de troca, sem que sejam analisados o lado técnico e o impacto que trarão à sociedade — diz Medeiros.

Insegurança para contratar

O professor do Centro Preparatório Jurídico e especialista em Direito do Trabalho Fabio Rapp observa que a MP trouxe alguns ajustes necessários ao texto original da reforma, como no caso das trabalhadoras grávidas atuando em locais insalubres, mas acredita que ainda haverá muita intervenção do Executivo e do Judiciário, com crescimento do número de ações trabalhistas:

— Tudo isso provoca insegurança para quem contrata. Todo mundo está acreditando que, com essa nova lei, não haverá mais questionamentos dos trabalhadores, mas nunca foi assim. Portanto, mesmo com essas alterações, não vejo como se possa fomentar o mercado de trabalho.

Estudo do Banco Mundial mostra o caminho que o Brasil deve seguir

29/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

Na semana passada, o Brasil acordou com uma boa surpresa. Foi divulgada a síntese do relatório "Revisão das Despesas Públicas", produzido por uma grande equipe de profissionais competentes sob o controle metodológico do Banco Mundial, cujo equilíbrio, rigor analítico e neutralidade são amplamente reconhecidos.

Para não ferir suscetibilidades, deixa (como sempre) o tempo das reformas à discrição dos governos assessorados. O relatório não mostra novidades: dá ênfase e organiza as mesmas soluções que muitos economistas brasileiros estão indicando pelo menos desde 1995.

O Brasil está tão conflagrado ideologicamente que vale a pena saber como e por que surgiu o tal relatório. Ele mesmo esclarece: "Após um período de estabilidade econômica, altas taxas de crescimento e redução substancial da pobreza, o Brasil enfrenta hoje grandes desafios para lidar com seus gastos públicos [...] que se tornaram cada vez mais engessados pela rigidez constitucional em categorias como folha de pagamento e Previdência Social, deixando quase nenhum espaço para despesas discricionárias e de investimento".

Afinal, a pedido de quem o Banco Mundial fez tal esforço? Antes que o complexo de vira-latas "viralise", estimulado por consciências generosas alimentadas pela miopia ideológica, que foi para "ajudar Temer", é preciso transcrever o que confessa o relatório:

"Atento à mudança do cenário, o governo federal (então de Dilma Rousseff) solicitou ao Banco Mundial a elaboração deste relatório, com o objetivo de realizar uma análise aprofundada dos gastos do governo, identificar alternativas para reduzir o déficit fiscal a um nível sustentável e, ao mesmo tempo, consolidar os ganhos sociais alcançados nas décadas anteriores".

Um ponto a favor da presidente Dilma Rousseff. Sugere que ela tinha consciência da confusão que vinha criando a partir da crise mundial de 2008. Tomamos as medidas corretas para superá-la, mas insistimos na sua continuidade a partir de 2012, quando a situação já havia mudado. A síntese do relatório confirma o que já se havia detectado.

Ele diz: "o principal achado de nossa análise é que alguns programas governamentais beneficiam os ricos mais do que os pobres, além de não atingir de forma eficaz os seus objetivos. Consequentemente, seria possível economizar parte do orçamento sem prejudicar o acesso e a qualidade dos serviços públicos, beneficiando os estratos mais pobres da população".

Temos feito o oposto: sacrificamos a oferta de segurança, saúde, educação e mobilidade urbana, que é "renda" dos mais pobres, para pagar salários e Previdência do alto funcionalismo, aumentando a injustiça que separa a nossa sociedade.

Trabalhador que receber menos que o mínimo fará recolhimento complementar

29/11/2017 – Fonte: Contábeis.com

O trabalhador que receber menos de R\$ 937 ao mês (salário mínimo), ao realizar trabalho intermitente, deverá recolher alíquota de 8% de contribuição previdenciária sobre a diferença entre o que recebeu e o mínimo. O esclarecimento foi feito pela Receita Federal no Ato Declaratório Interpretativo (ADI) RFB nº 6, publicado na edição de hoje (27) do *Diário Oficial da União*.

A Receita Federal lembra que a reforma trabalhista, efetuada pela Lei nº 13.467 de 2017, trouxe a possibilidade de o segurado empregado receber valor mensal inferior ao salário mínimo, como no caso de trabalho intermitente, que permite o pagamento por período trabalhado, podendo o empregado receber por horas ou dia de trabalho.

O recolhimento complementar será necessário caso a soma de remunerações auferidas de um ou mais empregadores no período de um mês seja inferior ao salário mínimo.

Segundo a Receita, o recolhimento complementar da contribuição previdenciária deverá ser feito pelo próprio segurado até o dia 20 do mês seguinte ao da prestação do serviço. Caso não faça o recolhimento, não será computado o tempo de contribuição para receber os benefícios previdenciários e para o cumprimento do prazo de carência.

Essa complementação já era prevista para o caso do contribuinte individual. No caso de empregado não existia essa previsão.

A Receita Federal esclarece que a Medida Provisória (MP) nº 808, de 2017, estabeleceu essa previsão e criou para o segurado empregado a possibilidade de complementação da contribuição até o valor relativo ao salário mínimo, especificando que a alíquota aplicada será a mesma da contribuição do trabalhador retida pela empresa.

“Todavia, a referida MP não fixou a data de vencimento dessa contribuição, nem deixou claro qual seria a alíquota aplicada, sendo necessária a publicação do ADI [Ato Declaratório Interpretativo]”, diz a Receita. A MP foi editada neste mês para ajustar pontos da Reforma Trabalhista.

Oposição decidiu que não negociará nada na reforma, diz José Guimarães

29/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O líder da oposição na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), anunciou nesta terça-feira, 28, que opositores não vão negociar nada em relação ao texto da reforma da Previdência em troca de votos.

Segundo ele, a oposição está em estado de “mobilização geral e permanente” e está ajudando as centrais sindicais a organizar a greve geral marcada para 5 de dezembro, véspera da data em que a Câmara pode começar a votar a reforma no plenário.

“Não vamos negociar nada. É obstrução geral. Esse texto novo é só migalha e, em alguns, casos, até piora para o trabalhador”, disse o deputado petista.

Segundo ele, a oposição deve continuar obstruindo votações na Câmara de projetos de interesse do governo.

Guimarães ressaltou que a greve geral está sendo organizada por integrantes de várias centrais sindicais, entre elas, CTB, CUT, Contag, Intersindical e UBS (bancários), além da Anamatra, associação dos juízes do trabalho.

'No Senado, a reforma passa', diz Jucá, sobre a Previdência

29/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse nesta terça-feira, 28, em sua conta no Twitter que não arrisca calcular os votos que o governo tem na Câmara para aprovar a reforma da Previdência, mas garantiu o apoio à proposta no Senado Federal. “No Senado, a reforma passa”, enfatizou. Segundo ele, lideranças na Câmara estão mapeando os votos favoráveis com que o governo já pode contar.

O governo tenta colocar a proposta em votação na Câmara ainda este ano para depois submetê-la à apreciação dos senadores no início do ano que vem. Mas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizou na segunda-feira que a votação pode ficar pela metade em 2017, uma vez que há pouco tempo para apreciar a proposta em dois turnos nas últimas semanas do ano legislativo.

Jucá já havia indicado mais cedo que seria prematuro inferir um calendário de votação aos deputados, mas advertiu que, quanto mais rápido for, melhor para as duas Casas. Segundo o líder do governo, deixar a votação da reforma da Previdência para o ano que vem na Câmara tornará ainda mais distante a votação no Senado. "Quanto mais perto das eleições, mais dificuldade teremos", alertou.

PSDB e vários partidos têm trazido várias solicitações sobre reforma, diz relator

29/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O deputado federal Arthur Maia (DEM-RJ), relator da proposta de reforma da Previdência, afirmou nesta terça-feira, 28, que o PSDB, assim como outros partidos, tem apresentado várias solicitações a respeito da matéria.

"Temos a intenção de fazer um texto que abrigue da melhor forma a demanda dos parlamentares", disse, após encontro para discutir a reforma da Previdência na residência do presidente da Câmara, deputado federal Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Arthur Maia afirmou, porém, que o governo deve avaliar como possíveis mudanças podem contribuir em matéria de apoio para a aprovação da proposta no Congresso.

"Vale para todos os partidos, não apenas para o PSDB: o que de fato contribui para a reforma termos o apoio da bancada do PSDB?", disse. "O mais importante é saber, neste momento, o quanto temos de apoio para a Previdência."

Ele comentou que, durante a formulação da proposta, "muita gente trouxe demanda que atendemos, e a pessoa votou contra". "Em relação ao PSDB, as questões dizem respeito a pessoas que entraram no sistema antes de 2003", afirmou o relator, sem entrar em detalhes sobre o que está sendo discutido.

Na manhã desta terça, durante a reunião na residência oficial, deputados apresentaram pedidos de mudanças em pontos da proposta. Além disso, o novo diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segóvia, esteve presente para negociar alterações em relação à aposentadoria dos policiais federais.

Hoje, um policial federal se aposenta com 30 anos de trabalho, e as mulheres com 25 anos. Pela proposta no Congresso, as mulheres policiais poderiam perder esta idade diferenciada.

"Proposta da PF foi alterar o tempo de permanência na polícia. Tudo é conversado. Não há nada impróprio e que vá mexer no cerne do projeto", afirmou o deputado. "O Brasil precisa da aprovação desta matéria", acrescentou o Arthur Maia.

Ele afirmou ainda que há expectativa de que, se aprovada na Câmara, a proposta seja colocada para votação no Senado ainda este ano.

"Inferi, na fala do presidente do Senado Eunício Oliveira, que ele submeterá, sim, a Previdência ao Senado", disse.

Percepção sobre situação atual piora e confiança de serviços cai em novembro, diz FGV

29/11/2017 – Fonte: Reuters

A piora da percepção sobre a situação atual pressionou o Índice de Confiança de Serviços (ICS) do Brasil, que recuou em novembro após quatro meses consecutivos de alta, de acordo com dados divulgados nesta quarta-feira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Neste mês, o ICS apresentou recuo de 0,1 ponto e foi a 87,7 pontos, de acordo com a FGV.

A influência para a queda partiu do Índice da Situação Atual (ISA-S), que recuou 0,8 ponto e foi a 83 pontos, com destaque para o comportamento do indicador que avalia a satisfação com a situação atual dos negócios.

Já o Índice de Expectativas (IE-S) avançou 0,7 ponto e chegou a 92,7 pontos, com destaque para o item demanda prevista.

“A evolução desde o início do segundo semestre revela um processo mais equilibrado entre a percepção empresarial sobre as condições correntes e suas expectativas para os próximos meses, padrão que não era observado anteriormente”, disse em nota o consultor da FGV/IBRE Silvio Sales.

Segundo ele, as avaliações dos empresários reforçam os sinais de ampliação do ritmo de atividade do setor para os próximos meses.

Na véspera, a FGV já havia informado que a confiança do comércio recuou em novembro após duas altas consecutivas, em meio a uma recuperação gradual da economia.

Selic menor faz governo economizar R\$ 51,9 bi

29/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

A queda da taxa básica da economia (Selic) desde outubro do ano passado garantiu uma economia de R\$ 51,9 bilhões de despesas com o pagamento de juros da dívida pública no acumulado até setembro deste ano. Os cálculos foram feitos pela Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, em estudo obtido pelo **Estadão/Broadcast**.

Juros menores reduzem os custos do financiamento do déficit público e do refinanciamento da dívida pública, beneficiando o processo de reequilíbrio das contas do governo. De outubro do ano passado até setembro, a taxa Selic caiu de 14,25% para 8,25% ao ano – período em que foram feitos os cálculos. Em outubro, os juros caíram mais um pouco, para o patamar de 7,5% ao ano.

A IFI fez uma simulação dos efeitos diretos decorrentes da redução dos juros sobre a dívida pública para estimar os efeitos fiscais da política monetária sobre as contas públicas. Segundo a instituição, esse tipo análise tem por objetivo avaliar também os gastos financeiros, que na avaliação da entidade têm sido um “tanto negligenciados” no Brasil.

As despesas com juros chegaram a R\$ 415,1 bilhões, ou 6,4% do Produto Interno Bruto (PIB), entre outubro de 2016 e setembro de 2017. É a segunda maior despesa pública, depois dos gastos previdenciários.

A IFI destaca no estudo que os gastos com juros poderão ser reduzidos, de maneira perene, como resultado de programas de ajuste fiscal consistentes ao longo do tempo. "O elo entre a política fiscal e a política monetária, no Brasil, é a Selic", ressalta a IFI no estudo, que será divulgado hoje.

Pagamentos. De acordo com a instituição, ao determinar um nível maior ou menor de juros, o Banco Central (BC) afeta diretamente o custo da dívida pública e, assim, os pagamentos que o setor público faz ao setor privado. No Brasil, parte expressiva da dívida pública é corrigida pela taxa Selic. Quando se considera a dívida líquida do setor público, esse percentual chega a 70%.

No caso da dívida bruta do governo geral, o outro principal indicador da dívida pública, o percentual atinge 46%. Esse peso maior é dado pelas operações compromissadas que o Banco Central faz para administrar a liquidez do mercado. Elas são remuneradas pela Selic e pelos títulos da dívida pública corrigidos por essa taxa, as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Assim, boa parte dos gastos com juros é afetada diretamente pelo aumento ou queda da Selic.

Simulação. A IFI fez simulações com várias metodologias. Os métodos alternativos produziram resultados semelhantes, dentro de um intervalo que variou de R\$ 51,8 bilhões a R\$ 55,3 bilhões. A conclusão das simulações foi a de que a queda dos juros, quando sustentável, beneficia a política fiscal ao permitir que uma mesma trajetória para a dívida em relação ao Produto Interno Bruto possa ser atingida com um menor superávit primário nas contas do governo.

A queda de R\$ 51,9 bilhões estimada pela IFI representa um ganho de aproximadamente 0,8% do PIB. Um efeito relevante sobre a dívida pública, atualmente em 73,7% do PIB, no caso da dívida bruta do governo geral. "Os efeitos da queda da Selic só serão duradouros, com impactos favoráveis sobre a dinâmica da dívida pública, se a política econômica conseguir manter as expectativas de mercado ancoradas", diz a IFI.

Aneel aprova reajuste médio de 37,36% nas tarifas da CEA

29/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira, 28, um reajuste médio de 37,36% nas tarifas da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Para consumidores conectados à alta tensão, o aumento será de 38,59%, e para a baixa tensão, 37,02%. As novas tarifas vigoram a partir de quinta-feira, 30 de novembro. A CEA atende a 202 mil unidades consumidoras no Amapá.

A empresa pertence ao governo do Estado e deve ser privatizada até o primeiro trimestre de 2018, sob coordenação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do governo federal.

O reajuste é elevado porque a companhia estava com tarifas defasadas e precisa ser reequilibrada para viabilizar sua venda.

"O consumidor vai perceber uma escalada no valor da tarifa", reconheceu o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino.

A Aneel chegou a avaliar a possibilidade de diferir parte do aumento para os próximos anos, mas não havia itens financeiros na composição do reajuste que pudessem ser postergados.

Mercedes critica abertura comercial abrupta

29/11/2017 – Fonte: Folha de S.Paulo

As empresas e suas entidades representativas não hesitam em apoiar o ajuste fiscal, mas fazem suas defesas quando os subsídios ao setor são colocados em discussão. O impasse ficou claro em debate ocorrido no Insper na terça (28). Philipp Schiemer, presidente da Mercedes-Benz no Brasil, avisou que as montadoras fechariam as portas diante de abertura comercial feita de modo abrupto.

João Manoel Pinho de Mello, assessor de reformas microeconômicas da Fazenda, rebateu com críticas duras ao setor. Mello reconheceu que a transição para um novo programa de incentivo ao setor automotivo não pode ser feita com "açodamento". Mas pontuou que a transição requer menos protecionismo e não inclui políticas "consideradas ruins".

"Gostaríamos de transitar de maneira suave [para expor o setor à competição], ninguém é louco", disse Mello. "Mas, perdão, a gente vai ter que trocar o pneu com carro andando porque a pressão que se coloca também faz o carro andar", afirmou. Schiemer e Mello, ao lado de outros especialistas, debatiam relatório do Banco Mundial sobre políticas para a indústria automotiva.

O documento sugere eliminação gradual do tratamento tributário diferenciado dado a veículos produzidos no Brasil – pilar do Inovar-Auto (atual programa de incentivos às montadoras) – e foco nas exportações.

Schiemer defendeu a indústria ao dizer que não seria possível alterar as regras do jogo enquanto ele se desenrola. O Brasil, disse, precisa entrar no "mundo liberal", mas isso precisaria ser feito com estabilidade.

Mello alertou: há um 'trade-off' entre estabilidade e "más políticas" e será preciso, afirmou ele, encontrar um meio-termo para isso.

A Mercedes-Benz do Brasil foi uma das primeiras a receber benefícios estipulados na década de 1950. Desde então fabrica caminhões na região do ABC (Grande São Paulo).

Nos anos 1990, nova rodada de estímulos à produção local fez a empresa se instalar em Juiz de Fora (MG) para produzir um dos maiores fracassos da indústria automotiva, o compacto Classe A.

Hoje, a Mercedes ainda paga pelos prejuízos da fábrica mineira (que produz caminhões) e trabalha para tornar rentável a fábrica de Iracemópolis (interior de São Paulo).

Essa última unidade fabril veio na onda de incentivos do Inovar-Auto – e baseada em um mercado que apontava 4 milhões de veículos emplacados por ano.

Com menos proteção à produção local, a Mercedes teria de arcar com os custos altos de fabricar no país e ainda concorrer com importados isentos de tarifas extras.

No país de origem da empresa, a história é outra. A Alemanha está entre os três maiores exportadores do mundo e entre as economias mais complexas do planeta.

Mercedes: maior problema do Brasil para montadoras é falta de previsibilidade

29/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Mercedes-Benz do Brasil e CEO para América Latina, Phillip Schiemer, disse nesta terça-feira, 28, em evento no Insper, que, se ocorrer uma abertura do mercado automotivo com redução de alíquotas de importações, como sugere relatório do Banco Mundial, quase todas as indústrias fecharão.

Para ele, um dos problemas da indústria automotiva e que pesa muito nas decisões é não saber o que vai acontecer amanhã. “Amanhã vamos abrir o País, ótimo. E daqui a dois anos, vamos fechar o País de novo? Então o maior problema do Brasil para a indústria automobilística é a falta de previsibilidade das coisas”, disse.

A indústria, de acordo com o presidente da Mercedes, precisa de uma previsão do que vai acontecer nos próximos 20 ou 30 anos. “Os ciclos de investimentos, e eu represento uma base maior porque para automóveis se fala de cinco a sete anos e caminhões e ônibus de 15 anos. Então precisamos de uma previsibilidade”, disse.

“Então sem dúvida que, se amanhã abrirmos o mercado, podem se fechar quase todas as indústrias aqui. Aí, o problema é da indústria? Não é, porque, se eu olho a nossa indústria, a nossa fábrica por dentro, as coisas estão funcionando bem. A questão é o quanto estamos competitivos como país e como podíamos trabalhar aqui”, reclamou o executivo.

De acordo com Schiemer, a indústria vai acompanhar e participar desta discussão. “Mas não podemos achar que daqui a seis meses pode mudar todo o nosso modelo”, disse. Sobre a retirada do Inovar-Auto, ele sugeriu que a saída deveria ser gradual.

Nesse ponto, o assessor especial do Ministério da Fazenda para reforma microeconômica, João Manoel de Pinho Mello, discordou do presidente da Mercedes. De acordo com ele, o governo gostaria de transitar com suavidade, mas infelizmente terá que “trocar o pneu” com o carro andando. O assessor lembrou que o Inovar-Auto foi considerado ilegal pela OMC.

Câmara aprova texto-base de projeto do RenovaBio

29/11/2017 – Fonte: Reuters

A Câmara aprovou nesta terça-feira o texto principal do projeto que cria a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

Em votação simbólica, os deputados aprovaram o texto considerado estratégico para a retomada dos investimentos na indústria de biocombustíveis. O plenário ainda deve analisar emendas que podem alterar o mérito da proposta.

Para entidades do setor, caso da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), o projeto permite essa retomada sem a dependência de subsídios do governo ou de renúncia fiscal, além de ajudar o país a cumprir suas metas de “descarbonização” assumidas no Acordo de Paris, principalmente para a redução da emissão de gases de efeito estufa no transporte veicular.

A proposta prevê metas de uso de biocombustíveis e negociações de créditos de descarbonização (CBios), semelhante ao modelo utilizado nos Estados Unidos.

Para a União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), ao contrário de outros países, onde a “descarbonização” da economia é um desafio, no Brasil, é uma oportunidade.

Ao apresentar seu parecer em plenário pouco antes da votação, o relator da proposta, deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE), decidiu modificar o texto original e retirou trecho que definia metas anuais compulsórias para a adição de biodiesel ao óleo diesel e de etanol à gasolina, segundo a Agência Câmara.

Coutinho também reduziu a multa máxima a ser emitida no caso de descumprimento de metas individualizadas de 500 milhões de reais para 50 milhões, além de remeter a definição dos títulos representativos de créditos de descabornização a um regulamento, informou a agência.

Funcionários da Hyundai param de produzir SUV antes de lançamento nos EUA

29/11/2017 – Fonte: Reuters

Funcionários da sul-coreana Hyundai Motor deixaram de construir o veículo utilitário esportivo Kona esta semana antes do lançamento nos Estados Unidos - um protesto contra o que o sindicato de trabalhadores da indústria automobilística diz serem planos de redução do número de trabalhadores na linha de montagem.

O sindicato, que também está em negociações anuais com a administração sobre os salários, alertou que uma greve mais ampla é possível.

A Hyundai tem discutido com seu sindicato desde outubro sobre os planos de produção do Kona, um modelo importante com o qual a empresa espera inverter a queda das vendas nos EUA.

O sindicato afirma que a montadora quer introduzir mais automação e terceirizar mais seções importantes da linha de montagem para fabricantes de peças - planos contra os quais se opõe veementemente. A administração da Hyundai argumenta que o sindicato está fazendo "demandas irrelevantes", como solicitações de janelas extras na fábrica como parte das discussões de produção.

A decisão da montadora de iniciar a produção do Kona em uma nova linha de montagem na semana passada foi tomada sem uma consulta ao sindicato e é inaceitável, disse o líder sindical Ha Boo-young em um comunicado, acrescentando que uma greve mais ampla é possível "se houver outra provocação da administração".

A perda de dois dias de produção até o momento nesta semana equivale a 1.230 veículos, disse a Hyundai em um comunicado.

Paraguai apresenta plano para vender carros montados no Brasil

29/11/2017 – Fonte: Exame

Plano compreende oito marcas diferentes com cerca de 500 modelos, entre as que estão a italiana Fiat, a alemã Volkswagen e a americana General Motors



Carros: os dois países trabalharam de forma conjunta para favorecer suas indústrias (Fabian Bimmer/Reuters)

Assunção – O governo paraguaio apresentou nesta terça-feira em Assunção o novo plano "Auto familiar", uma iniciativa em parceria com a indústria brasileira para vender

veículos novos a um custo de US\$ 8,8 mil financiados pelo Banco Nacional de Fomento (BNF).

No ato, realizado na esplanada em frente ao Palácio de Governo, esteve presente o presidente do Paraguai, Horacio Cartes, acompanhado do ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Marcos Pereira.

Além disso, Cartes publicou em sua conta no Twitter uma mensagem sobre este novo plano de seu governo para beneficiar a compra de carros montados no Paraguai e no Brasil.

“Com financiamento e preços razoáveis, a indústria nacional do automóvel cresce e beneficia as famílias paraguaias facilitando o acesso a um 0 km”, indicou o presidente.

Os dois países trabalharam de forma conjunta para favorecer suas indústrias graças a esta iniciativa, que compreende oito marcas diferentes com cerca de 500 modelos, entre as que estão a italiana Fiat, a alemã Volkswagen e a americana General Motors.

O ministro de Indústria e Comércio paraguaio, Gustavo Leite, que também participou do ato de inauguração do plano, explicou que é uma cooperação e uma visão de integração das cadeias industriais de montagem de ambos os países.

Além disso, Leite acrescentou que a iniciativa gera uma dinâmica comercial intensiva do Paraguai com o Brasil.

Também participaram do ato o chanceler paraguaio, Eladio Loizaga, o ministro de Saúde Pública, Antonio Barrios, e diversos representantes do setor automotivo do Paraguai.

Fazenda desqualifica e interdita Rota 2030

29/11/2017 – Fonte: Automotive Business

De tão complexas, o Ministério da Fazenda barrou as propostas de incentivos fiscais ao setor automotivo nacional em troca de obrigações que estão contidas no Rota 2030, assim paralisou a aprovação do programa de desenvolvimento setorial que deveria ser anunciado este mês e já vinha sendo elaborado desde abril passado no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) por sete grupos de trabalho que realizaram mais de uma centena de reuniões.

“Nós avisamos que da maneira como estava sendo conduzido [no MDIC] não tinha como passar. Incentivos que não trazem benefício real à sociedade não podem ser aprovados. Também não podemos correr o risco de cair no mesmo erro de aprovar mecanismos que depois serão condenados pela OMC (Organização Mundial do Comércio), como já aconteceu com o Inovar-Auto”, afirmou João Manoel Pinho de Mello, chefe da Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda, órgão de assessoramento direto do gabinete do ministro Henrique Meirelles, que vem acompanhando as negociações em torno do Rota 2030.

Mello esteve na terça-feira, 28, em evento organizado pelo Insper e Banco Mundial em São Paulo para discutir a eficiência dos gastos públicos no Brasil, especialmente incentivos à indústria.

Ele participou de painel de debate sobre o Inovar-Auto, programa que termina este ano e deveria ser substituído pelo Rota 2030.

“A discussão [sobre o novo programa] não precisa terminar este mês, vamos discutir o quanto for necessário, precisamos ser rápidos mas nada será feito de forma açodada para não repetir os mesmos erros do Inovar-Auto”, afirmou na saída no evento em rápida conversa, deixando a entender que o Rota 2030 tem poucas chances de ser

aprovado até o fim de dezembro para entrar em vigor em 2018, como queria o MDIC e a Anfavea, a associação dos fabricantes.

SEM ROTA NEM RUMO

Para Mello, não há problema se o setor ficar algum tempo sem nenhum programa de desenvolvimento. “Por que precisa disso? Existem até países que vivem muito bem sem nenhuma indústria automotiva, como o Chile e a Austrália e estão crescendo todos os anos”, alfinetou, tornando evidente o desprezo da Fazenda em relação ao setor que, no caso brasileiro, representa algo entre 4% e 5% do PIB nacional e emprega meio milhão de pessoas – bem distante dos exemplos citados pelo chefe de assessoria do ministério.

Também não parece sensibilizar a Fazenda o fato de que todas as maiores economias do mundo – onde se inclui o Brasil – têm indústria automobilística forte que em algum momento também recebeu e recebe incentivos por se tratar de setor tecnológico de domínio estratégico.

Sobre as propostas elaboradas nas mais de 100 reuniões sobre o projeto no MDIC, Mello foi enfático em desqualificar o trabalho: “O problema dessas reuniões todas é que cada um defende seus interesses.

O fabricante de parafusos quer tudo para seu setor e o de outros componentes quer para o dele”, disse. Ele destacou que o setor automotivo recebe atualmente R\$ 1,3 bilhão por ano em incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento e que o momento de arrocho das contas públicas pelo qual passa o País não permite novas concessões à indústria, apesar do custo fiscal citado representar apenas 0,03% do PIB brasileiro, enquanto o setor recolhe anualmente pouco mais de R\$ 40 bilhões em impostos, conforme citou o ministro Marcos Pereira, do MDIC, na reunião duas semanas atrás em que representantes da indústria foram ao Palácio do Planalto pressionar pela aprovação do Rota 2030.

“Por que a indústria automotiva precisa de incentivos extras para se desenvolver?”, questiona Mello. “Para incentivar pesquisa e desenvolvimento já existe a Lei do Bem”, lembra. Ao que tudo indica, a Fazenda é diametralmente contra a espinha dorsal que sustenta o Rota 2030, que tentava repetir a fórmula do Inovar-Auto ao elevar em 10 ou 15 pontos percentuais o IPI original de todos os veículos vendidos no País (no Inovar-Auto a sobretaxação foi de 30 pp), para dar descontos tributários às empresas que cumprissem metas propostas de eficiência energética, segurança veicular, investimentos em pesquisa, inovação e produção no País – o que poderia novamente ser alvo de processo na OMC.

Sem essa fórmula, nem a possibilidade qualquer isenção fiscal, o Rota 2030 como foi proposto não para de pé. “Melhor seria exigir essas metas em legislação e aplicar multas a quem não cumpre. Outra possibilidade seria o diferimento de impostos, não a isenção deles”, pontua Mello.

“Da maneira como está [a proposta], fica impossível saber que tipo de impacto fiscal o programa teria. Ficou muito complicado entender com tantos descontos e índices de performance. Por isso estamos discutindo uma simplificação, para incentivar de fato aquilo que traz resultados maiores à sociedade”, explicou Angelo Duarte, subsecretário de Análise Econômica e Advocacia da Concorrência, departamento da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Duarte também acompanhou o evento do Insper. Ao lado de Mello, ele reconheceu que dificilmente o programa poderá ser aprovado ainda este ano: “Está andando mais rápido do que o normal para assuntos desse tipo, mas resta pouco tempo até o fim do ano, deve ficar para depois”, diz.

PEDIDO DE RUMO

Durante o painel de debate organizado pelo Insper sobre o Inovar-Auto que Mello participou, o representante da Fazenda foi claro em defender que a falta de competitividade no Brasil é de toda a indústria, não é só do setor automotivo. "Por isso são necessárias políticas transversais, horizontais, não verticais para atender só a um setor", afirmou. Segundo ele, medidas para redução de risco financeiro e queda de juros, por exemplo, melhoram o ambiente de negócios para todos.

Também participante do painel, Philip Schiemer, presidente da Mercedes-Benz do Brasil, rebateu a crítica de que o setor no País só sobrevive com incentivos e protecionismo.

"Dentro das fábricas temos índices de produtividade comparáveis aos melhores padrões mundiais, mas isso é encoberto por altos custos fora dos nossos domínios", destacou. "Não dá para mudar tudo e tirar os incentivos de uma vez depois de praticar essa política. Acreditamos no programa anterior e investimos aqui € 200 milhões em uma fábrica de automóveis, porque sem isso ficaríamos fora de um mercado promissor [por causa da sobretaxação a veículos importados do Inovar-Auto]. Muitas outras empresas fizeram o mesmo. E agora como fica? Não vale mais nada? O que precisamos é de previsibilidade para trabalhar e nos adaptar", defendeu.

Dan Ioschpe, presidente do Sindipeças, foi na mesma linha: "Defendemos que o Brasil precisa se inserir na competitividade global, mas aqui temos custos que atrapalham isso. Em contrapartida não há proteção para autopeças, tanto que existe quase isenção de imposto para importar componentes sem similar nacional e o déficit [na balança comercial] do setor é crescente", ponderou. "Os problemas que enfrentamos não são só do setor, mas do País, que precisa enfrentar isso."

Mercedes-Benz mostra versão elétrica da Vito na Europa

29/11/2017 – Fonte: Automotive Business



A Mercedes-Benz apresentou em Berlim, na Alemanha, a versão elétrica da van Vito, denominada eVito, que chegará ao mercado europeu no segundo semestre de 2018. O anúncio faz parte da estratégia eDrive@Vans com foco não só no veículo elétrico, mas na oferta de soluções tecnológicas customizadas para as necessidades comerciais dos clientes.

"Estamos convencidos da necessidade da propulsão elétrica em nossos veículos comerciais leves, especialmente nas aplicações urbanas", afirmou o CEO da Mercedes-Benz Vans, Volker Mornhinweg. "Com a iniciativa 'eDrive@VANS', estamos mostrando que somente soluções completas de mobilidade, que vão além da propulsão, apresentam uma alternativa real para os clientes. O 'eVito' é o ponto de partida e será seguido pela nova geração da Sprinter, bem como pelo Citan", revela o executivo.

A ofensiva de comerciais leves elétricos da marca está ancorada em cinco pilares: solução completa, conhecimento do setor, rentabilidade, trabalho em parceria e transferência de tecnologia. Segundo a empresa, o diálogo com os clientes possibilitará a adequação de cada um dos conceitos operacionais a fim de atender as especificidades dos transportadores, como tamanho da frota e perfil de condução, além de abranger aos pré-requisitos para a criação de infraestrutura de recarga.

O plano também inclui uma série de serviços de pós-venda focados na mobilidade elétrica a ser oferecido pelos concessionários, desde gestão de serviços e reparos até soluções em conectividade para o monitoramento da carga da bateria, incluindo o planejamento da rota em tempo real, ferramenta para a análise do comportamento de condução, custos gerais e TCO (custo total da operação), treinamentos entre outros. A Mercedes-Benz informa que o TCO do novo eVito se equipara à sua versão a diesel, embora o preço de sua aquisição seja maior, o que, segundo a montadora é compensado pelos custos de manutenção e energia menores, bem como por economia de impostos.

O eVito começa a rodar em caráter experimental no primeiro semestre de 2018 em frota da Hermes, parceira da Mercedes-Benz, para entrega de encomendas. Os veículos farão o transporte nas cidades de Hamburgo e Stuttgart e a meta é que seja incorporada a outras aplicações urbanas com um total de 1,5 veículos elétricos, entre Vito e Sprinter, até 2020. O acordo prevê ainda a criação de uma estrutura de recarga nas centrais de logística da Hermes.

Volare desenvolve motorhome com tração 4x4

29/11/2017 – Fonte: Automotive Business



A fabricante de micro-ônibus Volare desenvolveu em parceria com uma empresa especializada um motorhome com tração nas quatro rodas. O veículo usa como base o modelo V8L 4x4, o mesmo empregado no transporte rural ou para atender ao programa Caminho da Escola em algumas regiões.

A estrutura interna do motorhome foi construída com madeira compensada, aço inoxidável e policarbonato. O veículo possui a estrutura completa de uma casa, como dois quartos, sala, banheiro, cozinha, lavadora de roupas e duas TVs de 24 polegadas.

O projeto recebeu também placas fotovoltaicas e gerador de energia, entre outros equipamentos. O motor utilizado é um Cummins de 152 cavalos e o câmbio escolhido é automático de quatro marchas. O protótipo pode rodar apenas com tração traseira, 4x4 ou 4x4 com reduzida.

Um Volare V8L 4x4 custa cerca de R\$ 250 mil, mas pode passar dos R\$ 400 mil com uma transformação desse tipo.

Brasil participa de programa de estímulo ao carro novo no Paraguai

29/11/2017 – Fonte: Automotive Business



Ministro Marco Pereira participa de lançamento do programa Veículo 0Km no Paraguai. O governo do Paraguai lançou na terça-feira, 28, um programa para incentivar a compra de carros novos no país, denominado Veículo 0Km para a Família Paraguaia, que contará com o Brasil para fornecer os veículos.

O objetivo é ofertar produtos novos que serão financiados pelo Banco Nacional de Fomento (BNF) do Paraguai para 20 mil veículos pelo período de um ano.

“Lançamos hoje uma política automotiva cujo objetivo é oferecer para as famílias paraguaias opções de carro zero por menos de 10 mil dólares”, disse o presidente do Paraguai, Horacio Cartes, durante cerimônia de anúncio do programa realizada na capital Assunção.

Cinco montadoras participarão do programa, cada uma com um modelo compacto: Fiat Mobi, Ford Ka, GM/Chevrolet Onix, Renault Kwid e Volkswagen Gol. Segundo o MDIC, a expectativa é de que do total de 20 mil veículos previstos para o programa, de 5 mil a 10 mil sejam dos modelos fornecidos pelas fabricantes instaladas no Brasil. Os veículos terão garantia da própria montadora, segundo informações do MDIC.

“O programa será um sucesso e reafirmo o apoio do governo brasileiro a este programa que também é conhecido como ‘carro do povo’. Representará uma maior aproximação dos setores automotivos e o início de uma futura integração produtiva do Mercosul, objetivo perseguido por todos os membros do bloco”, disse o ministro do MDIC do Brasil, Marcos Pereira, que acompanhou o anúncio no Paraguai.

O mercado paraguaio consome cerca de 80 mil automóveis por ano e é conhecido por sua frota de segunda mão: 75% deste volume ou 60 mil unidades são veículos usados importados do Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul. “Queremos que a família paraguaia possa ter acesso a carros zero. Fizemos uma parceria com a indústria brasileira, com o Banco Nacional de Fomento sendo responsável pelo financiamento dos carros”, reforça o ministro da Indústria e Comércio do Paraguai, Gustavo Leite.

De janeiro a outubro deste ano, as exportações brasileiras de veículos destinaram 10,9 mil unidades ao Paraguai, mais que o dobro de mesmo período do ano anterior. O volume exportado é equivalente a US\$ 121 milhões.

Metzeler lança pneu para motos de baixa cilindrada

29/11/2017 – Fonte: Automotive Business



Novo pneu terá medidas para aros de 14, 17 e 18 polegadas

A Metzeler, marca pertencente à Pirelli, está lançando no Brasil o modelo Roadtec Street. O pneu é voltado a motos de baixa cilindrada, foi desenvolvido no Brasil e começa a ser fabricado em Gravataí, no Rio Grande do Sul.

Serão 15 medidas ao todo, com aros de 14, 17 e 18 polegadas, todas para motocicletas de baixa cilindrada, o equivalente a 68% da frota circulante. Num primeiro momento os pneus serão fornecidos somente para o mercado de reposição.

O Roadtec Street traz mudanças na banda de rodagem. Segundo a fabricante, uma nova concepção tecnológica, de estrutura e compostos, aumenta a resistência e o rendimento quilométrico do pneu, que é capaz de rodar 20 mil quilômetros, enquanto outros semelhantes duram entre 12 mil e 16 mil km.

As diferentes medidas podem ser utilizadas pelas linhas Honda CG 125, 150 e 160, Biz, Pop e Yamaha YBR Factor 125, entre outras motos urbanas.

Em 2016 a marca Metzeler equipou 200 mil motos fabricadas em Manaus, fornecendo pneus de baixa, média ou alta cilindrada para BMW, Dafra, Honda, Indian, KTM, Triumph e Yamaha.

ZF fornece itens de segurança para o VW Polo

29/11/2017 – Fonte: Automotive Business



A ZF está fornecendo uma série de itens de segurança e dirigibilidade para o novo VW Polo. Entre esses componentes estão airbags laterais, amortecedores, servofreio, cilindro mestre e freios a disco traseiros, mecanismo de direção e sistema de direção com assistência elétrica.

Os componentes de freio, o mecanismo de direção e o sistema de direção com assistência elétrica são produzidos na planta ZF da cidade de Limeira (SP).

As outras peças são fabricadas em plantas do Grupo ZF no México, Polônia e Eslováquia. As equipes de engenharia da ZF e da montadora trabalharam em conjunto no projeto do Polo por mais de quatro anos.

Para o mercado de reposição a ZF começa a oferecer o kit de pastilhas de freio, servofreio, cilindro mestre, mecanismo de direção, terminais de direção e componentes da direção com assistência elétrica.